

A Ocupação Do Sertão De Leste Nas Minas Gerais Do Século XIX: Uma Investigação Geo-Histórica¹

Victor Vinicius do Santos
Geógrafo e mestre em Geografia Humana pela UFMG

Prof. Dr. Patrício Silva Carneiro Departamento de
Ensino da Aeronáutica/EPICAR

Prof. Dr. Célio Augusto da Cunha Horta
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Esse estudo examina aspectos da ocupação da porção de Minas Gerais, anteriormente denominadas de Sertões de Leste, tendo em conta sua posição geográfica – situada na borda da região mineradora – e as frentes pioneiras que alcançaram essa vasta extensão de florestas no século XIX. Suas características naturais se preservaram devido a fatores de ordem política e econômica que impediram a circulação e o estabelecimento de colonos nessas terras. Contudo, a partir de 1808, o desbravamento e conquista ganharam impulso. Entre 1808 e 1839, as bases que garantiram a entrada no Sertão de Leste foram estabelecidas e os maiores obstáculos vencidos com a construção de novas estradas oficiais, doações de sesmarias e proliferação de fazendas e vilas que gradualmente acabaram com o espaço vital dos indígenas. De 1840 até o fim do século a ocupação se intensificou, as sesmarias doadas foram ocupadas, novas terras foram empossadas, o desmatamento, a agropecuária e atividades correlatas expandiram-se e a diversificação econômica ganhou expressão. O café avançou sobre essas terras, especialmente a partir de 1850/60 e, mais tarde, a indústria têxtil, a siderurgia e a mineração se consolidaram definitivamente nas imediações do curso médio da bacia do rio Doce.

Palavras-chave: Sertões de Leste; Frentes de Ocupação; Século XIX

Abstract:

This study examines aspects of the occupation of a portion of Minas Gerais, formerly called Eastern Hinterlands, given its geographical position – situated on the edge of the mining region – and the pioneer fronts that reached these vast areas of forest in the 19th century. Their natural features remained preserved due to political and economic factors that have prevented the movement and the establishment of settlers in these lands. However, since 1808, conquest and clearing took place. Between 1808 and 1839, the foundations that guaranteed the entrance in the Eastern Hinterlands were established and the major obstacles were overcome, through the construction of new roads, donations of “sesmarias” and proliferation of farms and villages that gradually annihilated the vital space of the indigenous people. From 1840 until the end of the century, the occupation was intensified, the “sesmarias” donated were occupied, new lands were held in possession, the deforestation, farming and related activities expanded and an economic diversification gained expression. The coffee culture advanced on these lands, especially from 1850/60 and, later, the textile industry, steel mill and mining were definitely consolidated in the surroundings of the middle rio Doce basin.

Key-Words: : *The Occupation of the Hinterland of east of mines; Fronts of Occupation; The nineteenth Century*

patriciocarneiro@yahoo.com.br

¹ Parte desse trabalho resulta de revisão sintética da dissertação de mestrado intitulada Uma investigação geo-histórica sobre a ocupação do Sertão de Leste nas Minas Gerais do século XIX (SANTOS, 2014).

Introdução

A literatura histórica criou o dogma de que a ocupação do leste da Capitania de Minas só ocorreu no decorrer das primeiras décadas do século XIX, em função do decréscimo da extração aurífera, do afrouxamento das proibições portuguesas de devassamento de áreas não povoadas e da introdução da cafeicultura na Zona da Mata Mineira. De acordo com a maioria dos autores, o fascínio exercido pelo ouro sobre as pessoas na região das minas (“região central”) e, por outro lado, a propalada inexistência de metais, a barreira natural formada por matas impenetráveis e a resistência das nações indígenas no Sertão de Leste, teriam sido os motivos norteadores da exploração tardia. A imagem da região como área natural, intocada pelo “homem branco” e habitada apenas por indígenas foi, inclusive, difundida pelos governantes das minas durante o período colonial²; desta forma, o leste da Capitania constituía um espaço genericamente conhecido pelo título de “áreas proibidas” ou “sertão do leste”.

O Sertão de Leste, contudo, configurava-se como um espaço instável, com surtos variáveis de ocupação territorial desde os primórdios da descoberta do ouro nas minas. A posição geográfica da região, situada na borda da região mineradora, conferiu-lhe a característica de porta obrigatória de passagem para o deslocamento de bandeiras e de colonos, ocorrida, basicamente, a partir de três frentes pioneiras, situadas nos vales dos rios Paraibuna e Pomba e no alto vale do rio Doce (CARNEIRO, 2008). A imagem do Sertão de Leste como um espaço sob o domínio da natureza, do “gentio” e de feras indomáveis, representada na cartografia da época, pode ter contribuído para retardar o estabelecimento das atividades capitalistas na região.

O Sertão de Leste, até então, abrangia os seguintes territórios com suas respectivas divisas: a oeste, próximo da região mineradora central, encontrava-se a freguesia de Guarapiranga, abarcando os vales dos rios Piranga e Xopotó, limitada a noroeste com os distritos de Ribeirão do Carmo e Vila Rica; ao norte, encontravam-se os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, respectivamente, situados nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram dados pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; o limite da parte leste era impreciso, pois compreendia até a divisa da Capitania de Minas Gerais com a do Espírito Santo; o sul abarcava o conjunto serrano final da Mantiqueira, no alto vale do rio Paraibuna; e no centro da área destacava-se o Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos, situado no vale do rio Pomba.

Da região mineradora central, área situada na confluência das bacias dos rios Doce, Velhas e Mortes, os desbravadores adentraram pelos espaços fronteiriços (freguesias de Itaverava, Guarapiranga e Barra Longa) e pela freguesia de Borda do Campo (atual Barbacena), localizada na margem do Caminho Novo. O objetivo foi introduzir a agropecuária, a extração mineral e vegetal e/ou o projeto de aldeamento dos índios. É nesse contexto que se insere a gênese de muitos povoados situados nos vales dos rios Doce, Pomba e Paraibuna. Os movimentos de desbravamento e de ocupação, em termos de marco temporal, não estão, portanto, situados em épocas muito distantes daquele observado na região das minas. Em algumas áreas, a época da incursão (em especial) e da ocupação é tão antiga quanto a idade dos arraiais e vilas surgidos com a corrida do ouro. Entretanto, a estrutura da maioria dos povoados não teve a mesma expressão que os da região mineradora central, onde a aglomeração se desdobrou em distritos com feições nitidamente proto-urbanas³.

2 Para mais detalhes sobre a perspectiva da ocupação tardia, consultar: Vasconcelos (1918, p.258), Valverde (1958, p.25), Mercadante (1973, p.22), Abreu (1976, p.147).

3 O padrão espacial de distribuição da população no leste foi muito diferente do observado na zona mineradora central. Enquanto nesta sobressai um adensamento orientado por numerosas núcleos de povoamento em um processo de proto-urbanização associado à pulverização dos descobertos auríferos e às características pedológicas e topográficas favoráveis à implantação da agropecuária; no Leste o povoamento se “ruralizou” pelos vales de rios e ribeirões.

4 O que Philo (1996) denomina de História Geográfica vai ao encontro do que se entende nesse trabalho como Geo-história. Os conceitos de Geo-história, Geografia Histórica, História Geográfica e mesmo História espacializada, passaram a guardar, nas últimas duas décadas, forte conexão epistemológica entre si, não havendo necessidade de diferenciá-los no presente estudo (sendo considerados sinônimos). Trajetória seguida também por Soares (2013, p.38), ao argumentar que: "Geo-história, geografia histórica e história espacializada, por traduzirem campo do saber que comporta objetivos idênticos, informa as mesmas práticas cognitivas, retira de fonte similar sua força heurística, observa as mesmas diretrizes ao proceder as análises de problemas que se inscrevem no âmbito das conexões entre tempo e espaço, obtém intelecção de natureza análoga e aciona, enfim, o mesmo campo semântico, podem ser, em razão disso, considerados termos intercambiáveis".

5 A atuação e a importância das Divisões Militares do Rio Doce para o desbravamento e ocupação do Sertão de Leste serão explicitadas no item 3 – Ordem Política: as decisões governamentais sobre o Sertão de Leste e a história das Divisões Militares do Rio Doce.

O objetivo central deste trabalho consiste em abordar a transformação espacial no Sertão de Leste, ou seja, a passagem de uma “região proibida” para uma região econômica centrada na agropecuária e na mineração. Implica, por meio de uma perspectiva geo-histórica, tratar das decisões políticas (nas esferas central e local) referentes ao desbravamento e ocupação do Sertão de Leste e da organização espacial das atividades econômicas e da população lá instaladas no decorrer do século XIX.

A abordagem geo-histórica⁴ se baliza nas seguintes questões: i) Por que as demais regiões do território das Minas Gerais foram ocupadas e exploradas economicamente enquanto o Leste foi colocado “em compasso de espera”? ii) Que motivos levaram as autoridades lusitanas e brasileiras a incentivar, a posteriori, o seu desbravamento e ocupação? iii) Qual a influência do quadro natural no projeto lusitano de ocupação populacional e instalação das atividades econômicas no Leste de Minas? Quais eram as possíveis riquezas a serem exploradas? Quais os entraves?

No intuito de alcançar o objetivo supracitado, bem como se aproximar das questões propostas, esse trabalho se estrutura da seguinte maneira: item 1 - Sertão de Leste: peculiaridades físicas e a presença indígena; item 2 - Ordem Geopolítica: as decisões governamentais sobre o Sertão de Leste e a importância das Divisões Militares do Rio Doce; item 3 - Estruturas política e socioeconômica de Minas Gerais e do Sertão de Leste no século XIX.

1- Sertão de Leste: peculiaridades físicas e a presença indígena

A porção oriental da província de Minas Gerais preservou até o princípio do século XIX os antagonismos necessários para denominá-la como Sertão de Leste. Localizava-se no interior, distante do litoral (porção mais habitada do Brasil); longe dos centros urbanos; além dos luso-brasileiros saberem pouco a respeito daquela terra, o que abria margem para ideias fantasiosas sobre o desconhecido. Soma-se a isso o temor advindo do imaginário acerca do distante, da região coberta por florestas, habitada por animais selvagens e por índios que traziam a fama de serem antropofágicos. No entanto, guardava também o fascínio pelas riquezas ocultas ou simplesmente pela possibilidade de viver às margens de uma sociedade excludente e opressora para alguns grupos sociais.

O leste mineiro ficou “em compasso de espera”, como uma espécie de “região tampão”, mantendo-se pouco explorada pelos luso-brasileiros durante todo século XVIII. Na tentativa de evitar o contrabando de ouro e diamantes e a fuga de escravos da região centro-mineradora, a Coroa portuguesa impediu a passagem e o estabelecimento de colonos no flanco oriental da capitania.

Dessa forma, o leste de Minas teve suas características naturais, tais como matas, animais e relevo – com todos seus possíveis perigos e riquezas –, preservados até o início do século XIX e serviu ainda como refúgio aos povos indígenas. Isso possibilitava a criação do imaginário de temores e de desejos referentes a essa parte da capitania. Todo esse conjunto de particularidades, somado ao fato de que o leste estava dentro do território colonial, mas não fazia efetivamente parte dele até 1808, fez com que o flanco oriental mineiro fosse considerado tipicamente um sertão, o Sertão de Leste.

Ressalte-se que o recorte espacial proposto para o Sertão de Leste de Minas Gerais não possuía fronteiras precisas. Adota-se como referência a área de atuação das Sete Divisões Militares do Rio Doce⁵.

6 A Bacia do rio Jequitinhonha (e em especial seu flanco esquerdo) é a que guarda maiores discrepâncias em relação às demais partes do recorte espacial aqui estudado, sendo que ela apresenta relevo menos ondulado, temperatura mais elevada e índices de umidade e precipitação reduzidos, o que acarreta a presença de uma vegetação menos densa (com áreas de transição entre o Cerrado e a Caatinga) em relação às áreas vizinhas das bacias dos rios Mucuri e Doce (no qual a Mata Atlântica era originalmente preponderante) (Guerrero, 2009).

A ação das Divisões Militares se estendia desde a região do Mato Dentro, imediatamente a leste da região central, logo após a área de influência das cidades e vilas então existentes no início do século XIX, até as fronteiras com a Bahia, com o Espírito Santo e com o Rio de Janeiro, abrangendo boa parte das bacias dos rios Jequitinhonha, Mucuri, Doce e Pomba (a bacia do Pomba faz parte da bacia do Paraíba do Sul, rio que ultrapassa as fronteiras de Minas Gerais). Tal recorte espacial é amplo, mas as características físicas (relevo, vegetação e clima) são semelhantes em ambas as bacias que o compõe e podem ser apresentadas como era entendido no passado⁶.

Quanto às características climáticas do leste de Minas, verifica-se que essa região está totalmente inserida na zona climática tropical – clima tropical úmido-seco ou tropical do Brasil Central, que varia entre os subtipos i) com 4 a 5 meses secos e ii) sem seca –, na qual predominam climas quentes, com fracas amplitudes térmicas, sendo a ação do relevo (diferenças altimétricas), um dos maiores influenciadores da variabilidade térmica. A média histórica anual de temperatura varia entre 20,1-22°C e 22,1-24°C: as primeiras temperaturas são encontradas na Zona da Mata e porção sul de Minas, e no alto rio Doce; ao passo que as últimas, no médio e baixo rio Doce, nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. A sazonalidade térmica é pouco expressiva ao longo do ano e as estações são demarcadas mais pelas chuvas do que pelas amplitudes térmicas (DANNI-OLIVEIRA e MENDONÇA, 2007).

Taxas de precipitação consideráveis e a presença de florestas (no início do século XIX ainda em sua maior parte preservadas) traziam um grande empecilho aos luso-brasileiros que se aventuravam pelo Sertão de Leste, inclusive por caudas das doenças tropicais, entre elas a malária. Outras dificuldades como chuvas torrenciais no verão, alagamentos provenientes das cheias dos rios e queda de encostas, certamente se fizeram presentes no cotidiano dos habitantes do leste mineiro no século XIX, haja vista que os índices pluviométricos eram consideráveis e se intensificavam ainda mais na estação chuvosa (primavera e verão).

Em relação aos perigos que esperavam para quem se aventurava a navegar ou a viver próximo às margens do rio Doce, Saint-Hilaire, que visitou o leste de Minas nas primeiras décadas do século XIX, observou:

Mas, existe um perigo que só numerosos desbravamentos poderiam dominar ou diminuir e que, portanto, subsistirá muito tempo: é a insalubridade de várias regiões vizinhas do rio. Essa insalubridade é causada não só por suas águas como pelas de seus afluentes, que, nas estações de chuva, transbordam do leito, formando poças e infetando o ar com vapores perigosos. Raramente os que descem e sobem o Rio Doce não são atingidos por febres malignas ou intermitentes (...). As espessas florestas que sombreiam suas margens impedem a ação do sol; a evaporação das águas transbordadas se efetua lentamente. Continuando de um ano para outro, e em qualquer estação é perigoso descer ou subir o rio (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 86).

A cobertura vegetal era composta de florestas tropicais que recobriam os níveis de morros costeiros, escarpas e setores serranos mamelonizados dos planaltos compartimentados e acidentados do Brasil de Sudeste. As florestas biodiversas, dotadas de diferentes biotas, recobriam originalmente mais de 85% do espaço total (AB'SÁBER, 2003, p.16-17). A vegetação predominante era a de Mata Atlântica, que se estendia pelos vales dos rios Doce, Mucuri e Pomba, sendo que na porção sul e sudeste do Sertão de Leste encontravam-se a maior incidência dessa cobertura vegetal. Já no vale do rio Jequitinhonha os índices pluviométricos são mais baixos, o que influencia a presença ali do cerrado e, em alguns pontos, da caatinga.

No tocante ao relevo, o leste de Minas está inserido na unidade denominada por Jurandir Ross (1995) como planaltos e serras do Atlântico leste-sudeste. O modelado dominante do planalto Atlântico são os morros com formas de topos convexos, elevada densidade de canais de drenagem, com vales profundos, o que foi definido por Ab'Sáber como domínio dos mares de morro (ROSS, 1995).

As principais serras que circundam o Sertão de Leste de Minas, barreiras naturais que dificultavam a chegada à porção oriental mineira, são as do Mar e Mantiqueira, com escarpas acentuadas que acompanham a faixa litorânea, e a do Espinhaço, linha de interflúvio entre as bacias do rio São Francisco e dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. O Sertão de Leste encontrava-se entre as serras da Mantiqueira e do Espinhaço, dois entraves ao simples deslocamento humano. Tanto para quem vinha do litoral quanto para quem se deslocava do centro minerador tinha à frente barreiras naturais que em diversos pontos ultrapassam os 1000 metros de altitude, repletas de escarpas e paredões que certamente obrigavam os desbravadores a mudar a trajetória e buscar áreas rebaixadas, como os leitos escavados pela força dos rios. Haruf Espindola, referindo-se ao período setecentista, no qual o deslocamento pelo Sertão de Leste era proibido, caracterizou o território mineiro da seguinte forma:

Minas Gerais era uma fortaleza natural, (...) separada do litoral pela serra do Mar, pelo fosso do vale do Paraíba do Sul, pela serra da Mantiqueira e pelo Caparaó, é zona de transição fisiográfica e divisora de águas das três principais bacias hidrográficas, exceto a do Amazonas. A leste da cordilheira central (Espinhaço) saíam os rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Tais rios teoricamente poderiam servir de canal de penetração ou para o contrabando do ouro, mas as autoridades contavam com as muitas cachoeiras, a floresta desconhecida, os miasmas ameaçadores e os índios antropofágicos. Os habitantes indígenas e a floresta foram transformados em aliados involuntários dos interesses da Coroa Portuguesa (ESPINDOLA, 2005, p. 28-29).

As dificuldades impostas pela serra da Mantiqueira eram entraves consideráveis à penetração no sertão a partir do Rio de Janeiro, se comparadas às possibilidades de navegação oferecidas pelo rio Doce em boa parte do seu curso, bem como de seus afluentes. Não obstante a exposição dos aventureiros aos possíveis embates com os Botocudos, habitantes das florestas do rio Doce, temidos pela prática da antropofagia, muitas expedições sertanistas utilizaram essa rota fluvial que partia da Capitania do Espírito Santo. Tal comprovação está presente em alguns relatos de viajantes. Em 1816, por exemplo, o naturalista Saint-Hilaire (1975, p.45) ressaltou que Arzão, por volta de 1693, teria subido o rio Doce e penetrado nos sertões do Cuieté. Observação semelhante foi destacada pelo viajante Burmeister (1952, p.335) em 1850, ao afirmar que alguns documentos sobre a penetração do “hinterland” brasileiro “concordam todos” que a rota seguida subia o rio Doce até a divisa desta bacia com a do São Francisco.

Florestas densas (em sua maior parte compostas por Mata Atlântica); clima tropical com altas taxas de precipitação; animais selvagens, insetos e doenças tropicais; relevo acidentado, repleto de ondulações e cortado por diversas serras; e ainda a presença de indígenas não aliados; esse era o ambiente inóspito que aguardava os luso-brasileiros no princípio do século XIX, em sua tarefa de adentrar e ocupar efetivamente o Sertão de Leste.

Os primeiros povos a percorrer as matas do leste foram os indígenas, deslocados do litoral para a margem esquerda do rio Paraíba do Sul e para os vales dos rios Pomba e Doce. O naturalista Saint-Hilaire (1975, p.28), por volta de 1820, destacou que os grupos indígenas migraram, pois, a vizinhança dos portugueses “não tardou a ser funesta” a eles, atingidos por doenças de pele, moléstias venéreas e, sobretudo, pela varíola⁷. A concentração dos indígenas nessa região estimulou as primeiras entradas dos bandeirantes nos sertões da Capitania do Rio de Janeiro, as quais ocorreram a partir de duas frentes: pelo rio Doce e seus afluentes e pela vila de Taubaté. De acordo com Abreu (1976, p.99-106), além da pilhagem de tribos indígenas, as bandeiras foram motivadas pela prospecção de ouro, prata e pedras preciosas. Portanto, as terras do flanco oriental mineiro, repletas de florestas, mares de morros, serras e importantes rios, guardavam em seu interior diversos agrupamentos indígenas integrados às características físico-espaciais. É difícil determinar de forma precisa os limites territoriais e a localização de cada agrupamento indígena, uma vez que vários eram nômades e as guerras entre determinadas nações indígenas acarretavam novos arranjos territoriais.

No século XIX o flanco oriental mineiro apresentava maior incidência de indígenas remanescentes em relação ao restante da capitania/província. Segundo o Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (IBGE, 1980), as principais nações indígenas (consideradas de acordo com as famílias linguísticas) que habitavam o leste de Minas eram os Botocudo, os Masakarí, os Patasó, os Purí, os Corôados e os Koropó⁸.

Os Botocudo⁹ localizavam-se principalmente na bacia do rio Doce, especialmente em seu flanco esquerdo e nas proximidades com o Espírito Santo, contudo, ocupavam também o flanco direito, em menor número. Os Botocudo ocupavam os dois lados do rio Mucuri e seus territórios estendiam-se até o flanco direito do rio Jequitinhonha, só ultrapassavam esse rio no extremo nordeste de Minas, próximo à Bahia.

Duas peculiaridades contribuíam para que o imaginário sobre os Botocudo fosse carregado de temores, são elas as histórias sobre antropofagia (mesmo que não comprovadas no século XIX) e as características físicas, uma vez que os homens eram mais robustos e fortes que os demais indígenas da região (ESCHWEGE, 2000, p.81).

Os Masakarí situavam-se nas proximidades do rio Mucuri “dividindo” espaço com os Botocudos. Eles eram encontrados também ao longo da bacia do rio Jequitinhonha, nas proximidades da nascente do rio Araçuaí, importante afluente do Jequitinhonha, e ao longo desse rio, no lado direito, bem como no noroeste de Minas, na fronteira com a Bahia (IBGE, 1980). Os Patasó tinham pouca incidência no leste de Minas, aparecendo em três locais: na fronteira entre Minas e a Bahia, bem próximo aos limites entre essas duas capitanias/províncias e o Espírito Santo; nas proximidades da nascente do rio Araçuaí; e ao longo do mesmo rio. Os Patasó “dividiam” espaço com os Masakarí nos dois pontos em que eram encontrados nas proximidades do rio Araçuaí (IBID).

Os Purí localizavam-se principalmente na bacia do rio Doce, em sua margem direita, e, nas imediações do rio (no médio rio Doce), eles “dividiam” espaço com os Botocudo, seus inimigos históricos. Havia uma pontual presença dos Purí do lado esquerdo do rio Doce. Os Purí eram ainda encontrados na Zona da Mata mineira, próximos ao limite com o Rio de Janeiro e com o Espírito Santo (IBID). Os Koropó e os Corôados, que faziam parte do grupo linguístico dos Purí, habitavam a porção de terras abaixo ao dos últimos. Os Koropó apresentavam maior incidência nas proximidades da fronteira com o Rio de Janeiro, enquanto os Corôados vinham logo abaixo dos Koropó, localizando-se desde a região próxima à nascente do rio Doce até o rio Paraíba do Sul (IBID).

No tocante à política indigenista praticada no período colonial e no Império, torna-se importante debater alguns pontos que foram estabelecidos desde o período pombalino, pois o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil e modificou a estrutura secular de contato e controle dos silvícolas realizada pelos luso-brasileiros. Nesse período as relações entre os luso-brasileiros e os indígenas eram menos desiguais. Em 1755 os índios foram equiparados aos colonos, o que lhes garantia equidade de trabalho e direitos, entre os quais o casamento. Em 1758 foi decretada a necessidade do trabalho dos religiosos com os índios – evidentemente em moldes muito diferentes dos que existiam com as reduções jesuíticas – para lhes ensinar a língua oficial, o português; modos, educação e religião e prepará-los assim para a “vida civilizada”. Após a saída de Pombal, em 1777, sua legislação indigenista deixou de ter vigência (RODRIGUES, 2013).

Em 1798 o sistema de diretorias teve fim, os índios foram juridicamente equiparados aos demais súditos da Coroa e as autoridades locais passaram a supervisionar o contato com esses povos. Contudo, essas mudanças pouco alteraram o quadro de abusos e exploração, mesmo porque as autoridades locais tinham interesse em explorar a mão de obra nativa e usurpar as terras por eles habitadas (IBID). Warren Dean (1996) acredita que os conflitos indígenas no século XIX giravam em torno da remoção dos índios das terras a leste da região mineradora e da exploração da mão de obra desses povos¹⁰.

7 A população indígena se distribuía da seguinte maneira durante o século XVIII no leste de Minas Gerais: no ribeirão da Meia-Pataca, encontravam-se os Coroados; os Engeräck-mung, como se autodenominavam os Botocudos, se localizavam na margem direita do rio Doce; nas cabeceiras do Xopotó Novo, próximo ao futuro aldeamento do Presídio, viviam os Caetés e os Coroados; os Puris habitavam os arredores do atual município de Leopoldina e do antigo distrito de Guarapiranga. no vale do Pomba fixaram-se os Croatos e Cropós e no do Casca, na serra dos Arrepiados, os Aباibas (MERCADANTE, 1973, p.28-35).

8 As grafias dos nomes das nações indígenas podem ser relacionadas da seguinte forma: classificavam-se como pertencentes ao grupo dos Botocudo que habitavam o leste de Minas os povos: Etwét, Arana, Poten, Naknyanuk, Bakué, Pampan, Yiporok-Poycá, Kamaká, Nyepnyep e Nakrehé; ao grupo dos Masakarí pertenciam, nessa classificação, os Kaposó, Panyame, Monosó, Makoní, Aposó Araxim, Panyame e Kumanasó; ao grupo dos Patasó pertenciam os Patasó e Malali; ao grupo dos Purí pertenciam os Purís, Corôados e Koropó.

9 Constituía grupos étnicos da grande nação Aimoré; a denominação portuguesa – “Botocudos” – exprimia, entre outros aspectos, a aparência de alguns indígenas dessa nação que, de forma recorrente, usavam botões labiais e auriculares.

10 “Raro era o branco que assumiria tal responsabilidade [de administrador das aldeias e reduções indígenas] sem o intuito de explorar ao máximo o trabalho dos nativos e de ser conivente na usurpação de suas terras” (DEAN, 1996, p.168).

O declínio da extração aurífera, a diversificação das atividades econômicas em Minas Gerais e a especial expansão da agropecuária (tanto nessa capitania quanto em São Paulo e no Rio de Janeiro) exerceram forte pressão sobre as terras indígenas do leste mineiro no quarto final do século XVIII. A situação se agravou no século seguinte. Com a vinda da Corte para o Brasil a demanda por terras tornou-se ainda maior.

Em 1808, as terras entre os distritos do ouro e diamantes, que antes eram bloqueadas à passagem e instalação dos súditos, passaram a receber o incentivo governamental para serem desbravadas e ocupadas. Além disso, a necessidade de áreas “livres”, passíveis de serem doadas como sesmarias a colonos, agricultores e membros da Corte, fez com que as terras situadas no entorno dos aldeamentos indígenas fossem utilizadas para esse fim.

A carta régia de 13 de maio de 1808 declarou guerra ofensiva aos Botocudos, demonstrando que esses indígenas eram tidos como um empecilho ao avanço da civilização luso-brasileira e à ocupação econômica. Dessa forma, segundo a lógica da Coroa, era necessário combater os que não aceitavam de bom grado o jugo das leis. Além disso, os Botocudos foram tratados com forte carga negativista e preconceituosa, sendo sucessivamente tidos como antropofágicos, sanguinários e causadores de outros tantos males aos indivíduos que habitavam as proximidades da porção leste do território da capitania de Minas Gerais (BRASIL, 1891).

Após a declaração de guerra, os indígenas também podiam ser capturados por cidadãos que organizavam entradas na floresta. Os índios aprisionados tornavam-se escravos por dez anos, prazo que logo foi elevado para doze e depois para quinze anos. A interpretação local da declaração permitia que os cativos pudessem ser vendidos a terceiros. O valor de um indígena nessas condições (chamados de curucas) chegava a 100 mil réis, preço seis vezes inferior ao de um escravo africano no mesmo período. Embora a autorização para capturar ou matar tivesse sido dada somente para os Botocudos e Bugres, outros indígenas que se entregavam, como os Coroados, também eram tomados como cativos (DEAN, 1996). A estratégia de fixar os indígenas em aldeamentos e reduções foi bastante utilizada pelas autoridades locais dentro do Sertão de Leste, uma vez que facilitava a espoliação das terras e a submissão dos índios ao Estado.

A redução dos índios em aldeamentos, além de submetê-los mais largamente aos perigos das epidemias, muito frequentes na região [atuais Zona da Mata mineira e alto rio Doce] ao longo dos séculos XVIII e XIX, sujeitava-os mais facilmente aos abusos e desmandos cometidos por parte dos sítiantes. (...) A fixação territorial dos índios promovia uma espécie de convivência obrigada entre suas diferentes nações e luso-brasileiros de vária extração: militares, representantes eclesiásticos, criminosos foragidos ou condenados a degredo, comerciantes, sesmeiros, colonos pobres, escravos e libertos. Cada pai de família índia, ao renunciar à totalidade de seu espaço vital, recebia em terras o que, na época, equivalia a um quarto de sesmaria (cerca de 100 hectares). Caçadores e coletores, acostumados a um estilo incipiente de agricultura que se restringia ao cultivo de pequenas plantações, abandonadas com as migrações constantes, os índios, por suas tradições culturais, não se adaptavam a uma vida sedentária. Obrigados a permanecerem nos aldeamentos, tornavam-se extremamente dependentes dos favores da igreja ou do governo: a prática de seus costumes tribais era então inferiorizada e ridicularizada ao máximo, no sentido de que, abandonando sua identidade, incorporassem um novo ideal de homem submisso, entregue aos designios do Estado: estava, então, dado o primeiro passo rumo à morte de suas culturas (AGUIAR, 2008, p.159-160).

A presença dessas aldeias, bem como a captura de índios e o uso de sua força de trabalho, demonstram os reais objetivos das autoridades luso-brasileiras: a expropriação das terras indígenas e a exploração de seus braços. As mudanças ocorridas no plano político central, desde a Independência do Brasil, alteraram algumas determinações relativas ao trato com os indígenas do Sertão de Leste, todavia a exploração e usurpação de suas terras permaneceram. José Bonifácio, no Primeiro Reinado, incentivou a formação de expedições que deveriam percorrer as florestas, o que ele não se furtou a chamar de bandeiras, em moldes semelhantes às ocorridas no período colonial. Essas bandeiras objetivavam capturar os indígenas e colocá-los em aldeamentos (DEAN, 1996).

Com a chegada da Regência, os liberais fizeram algumas alterações relativas às leis referentes aos indígenas. Em 1831 teve fim o estado de guerra contra os Botocudos e Bugres e também o de servidão dos que haviam sido capturados. Daí em diante ocorreu um processo de descentralização, no qual os presidentes das províncias adquiriram poder para realizar programas próprios de pacificação (IBID).

Já no princípio do Segundo Reinado, em 1843, capuchinos italianos foram convidados a assumir a pacificação e assentamento dos grupos indígenas em todo território nacional. Dessa forma os aldeamentos foram mais uma vez incentivados (IBID).

Outra ação que colaborou com a espoliação das terras indígenas foi a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850). Segundo essa lei, tornavam-se devolutas as terras sem comprovação documental de compra ou doação de sesmaria ou de posse e uso legal durante vários anos, o que capacitava o Estado a vender ou distribuir essas terras da forma que melhor lhe conviesse. De acordo com a Lei de Terras os indígenas poderiam facilmente ser retirados das terras que habitavam, uma vez que eles não possuíam a doação de sesmarias; muitas tribos não praticavam agricultura regular e mantinham traços de nomadismo (até como forma de defesa aos ataques dos luso-brasileiros), o que impossibilitava, segundo os governantes da época, a demarcação e posse das terras dessas tribos. “A Lei de Terras (...) possibilitou que os presidentes de províncias declarassem a não existência de índios em suas províncias com o propósito de ‘garantir o pleno domínio dessas áreas e posteriormente revendê-las a particulares’” (RODRIGUES, 2013, p. 66).

A preocupação de poupar os indígenas era tarefa realizada de forma pontual, por alguns poucos cidadãos. No caso do território abrangido pelo Sertão de Leste no século XIX, duas figuras merecem destaque: Guido Thomás Marlière e Teófilo Otoni.

Guido Thomaz Marlière (1767-1836) teve importante papel no desbravamento do Sertão de Leste. Nasceu na França e viveu nesse país até lutar contra as forças de Napoleão Bonaparte e ser derrotado. Ingressou no exército português e veio para o Brasil juntamente com a Corte lusitana que fugiu do exército francês. Em 1813 foi escalado para pacificar os índios e os colonos da Zona da Mata mineira, Em 1820 foi nomeado Inspetor Geral das Divisões Militares do Rio Doce e em 1824 passou a acumular também o recém criado cargo de Diretor Geral dos índios e a patente de Comandante Geral de todas as Divisões Militares do Rio Doce, cargos que ocupou até sua aposentadoria, em 1829. Após essa data ele viveu em sua fazenda, no leste de Minas, até o momento de sua morte (AGUIAR, 2008).

Marlière chegou às terras do leste de Minas como comandante de um dos distritos militares, mas com o tempo tornou-se coronel responsável por toda pacificação dos nativos de Minas Gerais, cargo que ocupou até sua aposentadoria, em 1829. No trato com os índios sua estratégia era diferente da aplicada pelos demais missionários e funcionários nomeados pelo governo. Ele montava os aldeamentos no interior da floresta, para diminuir o contato dos indígenas com os demais luso-brasileiros, uma vez que os últimos, segundo Marlière, exploravam, usurpavam e maltratavam os índios, o que atrapalhava sua tentativa de aproximação pacífica. Para atrair os indígenas ele plantava roças que eram oferecidas aos visitantes. O uso da violência por parte de seus comandados não era aceito. As aldeias sob o comando de Marlière aproximaram-se de duas dúzias e se estendiam desde o Alto Jequitinhonha até as cabeceiras do rio Pomba.

A estratégia adotada pelo comandante francês era a de “aterrar” os índios, ou seja, torná-los sedentários, com o objetivo de desocupar as terras para colonização e exploração econômica e para facilitar o processo de aculturação dos indígenas segundo a lógica política, moral e religiosa luso-brasileira. As ordens de Marlière eram pela atração pacífica dos botocudos, pelo estabelecimento gradual do contato e da aproximação com eles através da plantação de roças e do compartilhamento de alimentos e utensílios. Com isso, a imposição abrupta da cultura luso-brasileira e o uso da violência eram evitados, o que ensejava maior aproximação e poupava muitas vidas.

O comandante francês queixava-se que as autoridades luso-brasileiras nunca puniam os executores de crimes contra os povos indígenas. Sua postura conciliadora desagradava as demais autoridades e colonos, que queriam ações imediatistas para “resolver o problema” da presença dos índios nas terras do leste mineiro. O Comandante fez muitos inimigos e foi denunciado algumas vezes ao governador de Minas e à Corte; foi acusado de defender os interesses dos índios ao invés dos interesses dos luso-brasileiros, de ser passivo e de não ter energia para lidar com litígios que envolviam os indígenas, de não aplicar as penas devidas aos índios infratores das leis imperiais, além de receber acusações contra sua moral e religião, tendo sido taxado de traidor, espião e mau cristão ou ateu (AGUIAR, 2008). Mesmo em face desses contratemplos, Marlière manteve sua postura conciliadora e não violenta e, com isso, evitou maior matança entre os indígenas.

Contudo, torna-se necessário enfatizar algumas questões. A primeira é que deve-se ficar atento para não exaltar Marlière como um herói incondicional, uma vez que essa exaltação foi construída por autores do Império, da República e por contemporâneos. Contudo, não se deve tomar o caminho inverso e desqualificar e/ou desmerecer todas suas ações. Marlière utilizou táticas diferentes (contrárias à guerra ofensiva) para co-habitar as mesmas terras que os indígenas, para evitar a matança desenfreada. Independentemente do conjunto de objetivos do francês, que, em última instância, era o de tornar as terras do Sertão de Leste habitáveis e passíveis de exploração econômica para os luso-brasileiros, ele executou tal tarefa sem o constante confronto direto com os indígenas, sem recorrer à disseminação de doenças entre esses povos e sem o recurso à exploração compulsória da mão de obra indígena. Em 1840, pouco mais de dez anos após a aposentadoria de Marlière, quase todas as aldeias por ele montadas foram fechadas ou estavam em franca decadência (DEAN, 1996).

Em 1852 é a vez de Teófilo Otoni realizar importantes feitos no leste de Minas. Esse político e empresário resolveu colocar em prática um plano de dar ao norte de Minas acesso ao mar. Para tanto, criou uma companhia de transporte hidroviário e rodoviário (bem como um povoado) chamada Filadélfia, às margens do rio Mucuri, onde hoje localiza-se a cidade de Teófilo Otoni.

O diferencial desse empreendimento inscrevia-se no âmbito das ordens: os trabalhadores não deveriam usar de violência contra os botocudos, nem mesmo para revidar às flechas lançadas contra as obras. Teófilo Otoni buscou convencer os índios de que ele e seus homens não lhes fariam mal. Otoni conseguiu a confiança dos índios que a ele cederam parte de suas terras. Para evitar o trabalho compulsório no Vale do Mucuri, Otoni importou operários alemães, suíços, belgas e de outras partes da Europa, para trabalharem como associados (e não como proletários) (IBID).

As ações de Otoni trouxeram prosperidade ao Vale do Mucuri e especialmente a Filadélfia durante alguns anos, o que se perdeu depois que ele vendeu a companhia por causa de pressões de inimigos políticos. Tschudi (2006) afirma que os adversários políticos fizeram com que Otoni fosse obrigado a se desfazer do empreendimento do Mucuri. O seguinte trecho exemplifica parte do conflito político enfrentado por Otoni:

(...) Com a empresa do Mucuri, que prometia ser um grande impulso para o norte de Minas Gerais, Otoni ganhou respeito, influência e seguidores nessa província tradicionalmente liberal. O poder moral de Otoni desagradava a seus adversários políticos, então à frente do governo: eles procuraram paralisá-lo de todas as formas possíveis. (...) Quero registrar apenas que Otoni era persona non grata na Repartição Geral das terras Públicas, subordinada ao Ministério do Interior, e que seu empreendimento não era visto com bons olhos (TSCHUDI, 2006, p.310).

Mediante os exemplos de exploração da mão de obra indígena, da usurpação das terras por eles habitadas e da mortandade advinda do contato com os luso-brasileiros no fim do século XVIII e no século XIX, ficam as questões: os temores dos luso-brasileiros pelos índios dos sertões, no princípio do século XIX, eram justificáveis ou faziam mais parte do imaginário acerca do desconhecido do que dos atos dos índios em relação aos “brancos”? E até que ponto a historiografia simplesmente aceitou a visão eurocêntrica que enfatizava os interesses dos “brancos” em detrimento da sobrevivência dos indígenas?

A dívida histórica é enorme e precisa corrigir diversas distorções pelas quais as nações indígenas passaram, pois além da violência física e da destruição sociocultural, há também, em grande medida, a visão historiográfica dos vencedores.

Parece que a fama terrível dos índios (especialmente dos botocudos) durante o século XIX advém de atos ocorridos nos três primeiros séculos de colonização, quando a presença indígena era maior e a europeia bastante restrita, fazendo com que os relatos dos ataques indígenas – seres que eram, segundo os europeus e brasileiros brancos: não civilizados, atrasados, sem fé e, no caso dos botocudos, praticantes da antropofagia – fossem transmitidos através das gerações e criassem um imaginário aterrorizante sobre os autóctones que habitavam os sertões. No século XIX a situação já era diferente, não que os indígenas não apresentassem riscos ao desbravamento dos sertões, mas a presença de cidades, vilas, povoados, entrepostos, quartéis e fortificações militares em Minas já era considerável.

Apesar da agressividade dos índios no leste de Minas já não ser tão forte no período oitocentista quanto nos anteriores, a presença indígena ainda causava um grande problema: a disputa pelo uso, ocupação e, principalmente, posse legal das terras. Pode-se afirmar que a política indigenista do século XIX é, em grande parte, uma questão de terras (CUNHA, 1992). Os indígenas tinham assegurado o direito à posse de suas terras segundo as leis existentes nos períodos do Brasil colonial e imperial, entretanto eram várias as brechas criadas para se burlar as determinações de posse iniciais. D. João VI, ao decretar guerra ofensiva aos Botocudos, declarou, através da Carta Régia de 2 de dezembro de 1808, devolutas as terras conquistadas aos índios através de guerra justa; os índios tidos como nômades não podiam ser considerados donos de terra alguma, pois a terra deles não tinha como ser delimitada; os aldeamentos eram formas de agrupar elevado número de indígenas num mesmo local e de restringir o tamanho da área a que eles teriam direito; sem falar das concessões de sesmarias em terras claramente indígenas (CUNHA, 1992). Dessa forma, os embates entre os luso-brasileiros e os indígenas tinham para os primeiros uma motivação claramente econômica, uma vez que a presença dos autóctones dificultava a exploração das riquezas do sertão – extrativismo, agricultura, navegação e distribuição de terras.

Importa salientar que os maiores conflitos entre luso-brasileiros e índios que ocorreram no Sertão de Leste não impediu uma grande frente de ampliação da ocupação colonial ou imperial de 1808 em diante. Somase a isso o fato de que essas terras estavam próximas aos dois maiores centros econômicos e urbanos oitocentistas (o Rio de Janeiro e São Paulo), e ainda, com o fim do ciclo do ouro e a diversificação da economia mineira, houve relevante migração do centro minerador para outras partes de Minas. A fronteira agrícola expandiu-se, atingindo também o leste da província. Todos esses fatores deixam claro o desejo de expropriar os índios da região.

Até o fim do século XVIII a presença indígena no flanco oriental mineiro favoreceu os planos das autoridades luso-brasileiras (de isolar o Sertão de Leste para evitar contrabandos). Entretanto, com o declínio da extração mineral e com a demanda por terras ocorrida no início do século XIX, as proibições de acesso foram revogadas e os índios tornaram-se empecilhos à ocupação e exploração do Sertão de Leste. Coube às Divisões Militares do Rio Doce a tarefa de combater os índios arredios e garantir outra territorialização do Sertão de Leste.

3 - Ordem geopolítica: as decisões governamentais sobre o Sertão de Leste e a importância das Divisões Militares do Rio Doce

A vinda da Corte para o Brasil foi fundamental para a efetiva ocupação do Sertão de Leste, embora já houvesse a presença luso-brasileira naquelas terras. Era frentes pontuais situadas, na maior parte dos casos, nas extremidades do Sertão, próximas ao centro minerador, já ocupado e equipado pela autoridade portuguesa desde o século XVIII. Não há dúvidas de que a polaridade na capitania era dada pelos núcleos mineradores centrais. Todavia, a vida econômica não se resumia às regiões auríferas, mas comportava inúmeros espaços, alguns inclusive pouco conhecidos. No alto vale do rio Doce, muitos núcleos populacionais surgiram como decorrência da sua condição de passagem entre as minas e o sertão. Parte desses núcleos de abastecimento – as “rancharias” – é tão antiga quanto os distritos da mineração, mas não tiveram importância semelhante. Faltava-lhes os grandes achados de ouro e diamantes, como ocorria na sua proximidade: grandes veios auríferos encontrados em Vila Rica e Ribeirão do Carmo, os quais atraíram somas elevadas de população.

Nas primeiras décadas do século XVIII, várias diligências foram realizadas para explorar a borda leste dos arraiais de Vila Rica e Ribeirão do Carmo. Bento Fernandes Furtado, em relato datado de 1750, destacou que entre os anos de 1702 e 1703, o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça enviou uma bandeira, composta por paulistas e escravos, para penetrar ao sul do ribeirão do Carmo, “pelo sertão incógnito que se achava entre ele e Guarapiranga”. Várias faisqueiras foram descobertas nos lugares chamados Pinheiro, Pirapetinga, Bacalhau e Rocha: a primeira viria a fazer parte da freguesia do Sumidouro, enquanto as três últimas da de Guarapiranga. Ainda de acordo com o autor do relato, menos ricas que as do Carmo, as minas, ainda assim, atraíram correntes migratórias que seguiram as “picadas” e “lavrando estas faisqueiras foram achando aumento nelas, razão por que foram povoando sítios, arraiais, capelas, freguesia” (MATOSO, 1999, p.182).

Nos anos de 1720, o arraial de Guarapiranga, situado no vale do Piranga, já apresentava importância econômica expressiva, ao ocupar a sexta posição entre os dezenove núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana, com a soma de 1.193 escravos africanos e crioulos, segundo dados apresentados por Venâncio (1997, p.7). Esse destaque foi reconhecido pela administração colonial que, em 1724, elevou o distrito à condição de Freguesia, pois possuía “alto rendimento e número de fregueses” (MATOSO, 1999, p.384-386). Um relatório elaborado pelo Capitão mor Luiz Borges Pinto, secretário do governo de D. Lourenço de Almeida, nos dá uma dimensão do estado de ocupação ao longo do vale do rio Piranga. Ele empreendeu três incursões ao alto vale do rio Doce, nos anos de 1726, 1727 e 1728. Na partida para a sua primeira viagem, assim relatou:

(Saí do Arraial da Guarapiranga no princípio de abril de 1726, com 97 armas todas à minha custa, e providas de facões, patronas, pólvoras, chumbo, o Prático a oitava e os mais à proporção: saí também comigo o R. Padre Manoel da Silva Borges, que sempre nos disse Missa a meia oitava de esmola. A primeira marcha que fizemos foi à barra do Xopotó, **gastamos nela dois dias por estar por aquela parte já feito todo o caminho, é todo mato geral com bastantes roças, fazendas e lavras, e algumas não têm dado pouco ouro** (TAUNAY, 1981, p.162) (Grifos nossos).

Na relação de sesmarias concedidas entre o período de 1711 e 1739 nos vales dos rios Piranga, Xopotó e Turvo, a maioria está situada nas margens do primeiro curso d'água citado, em função dessa área abrigar os principais ribeirões e serras com veios auríferos, além dos distritos mais populosos criados sertão adentro. Um exemplo de sesmeiro era o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que no ano de 1703 já se encontrava estabelecido em São Caetano (atual Cipotânea), onde tinha fazendas com engenho de cana e fábrica de mantimentos, segundo relatou Lima Júnior (1978, p.26). A proximidade da freguesia de Guarapiranga de distritos populosos como Ribeirão do Carmo e Vila Rica, a circulação monetária comandada pelo ouro em pó e as ameaças do “gentio” quanto à ocupação de novos espaços a leste impulsionaram a tendência de transformação gradativa da terra em mercadoria. Destaque-se ainda o estímulo da política colonial ao descobrimento de novas datas minerais e a ocupação, cada vez mais acentuada, das áreas periféricas das minas por uma população que se empregou na produção de alimentos para o consumo e, eventualmente, comercializou os excedentes no mercado interno¹¹.

Os vales dos rios Turvo e Casca e o médio e baixo vale do rio Doce continuaram praticamente com povoamento rarefeito de população branca ao longo da primeira metade do século XVIII. Isso porque, conforme o diário de Luís José Ferreira de Gouveia (1750), o “gentio”, além de impedir novos descobrimentos, arrasava os povoados constituídos (MATOSO, 1999, p.258-260). Apesar da montagem de diversas expedições militares com o intuito de deslocar o “gentio” para o mato, como a comandada pelo Mestre de Campo Matias Barbosa da Silva com setenta pessoas na zona do Rio Doce em 1734, a expansão sobre a fronteira não dependia apenas dos anseios dos desbravadores ou da administração colonial. À medida que o povoamento avançava da região das minas para os sertões de Guarapiranga, Puris e Botocudos, quando não fizeram frente à marcha, se refugiaram, respectivamente, no vale do rio Pomba e no médio vale do rio Doce.

Contudo, no fim do século XVIII, o panorama da presença luso-brasileira no Sertão de Leste e em suas mediações era o seguinte: os centros polares dos quais se partia para ocupação da floresta eram Mariana, Caeté, Vila do Príncipe e Minas Novas. As localidades (paragens) existentes no Sertão eram Ponte Nova, Abre Campo, Cuieté, Peçanha, Antônio Dias e, mais ao norte, Minas Novas. Na margem esquerda do rio Doce, do Suaçuí Grande até o ribeirão do Carmo, havia agricultura de subsistência, produção em baixa escala de ferro, ferramentas e ouro. Para toda região do médio rio Doce e dos rios Mucuri e São Mateus, existia somente o distrito de Cuieté como zona de contato com a civilização luso-brasileira, ele servia como local de degredo para vadios e prisioneiros (ESPÍNDOLA, 2000, p.78). Já a região que hoje é denominada como Zona da Mata mineira, foi a que teve o maior número de doações de sesmarias na virada do século XVIII para o XIX, e, por isso, desenvolveu a atividade agropecuária voltada para subsistência ou com excedentes modestos que eram comercializados. Todo Sertão de Leste era habitado por diversos indígenas, sendo muitos inimigos dos Botocudos, tidos, naquela época, como a principal ameaça à ocupação das terras do flanco oriental mineiro. No entanto, foi com a transferência da Corte e de todo centro político do Império lusitano para o Brasil, concentrados na cidade do Rio de Janeiro, que as determinações em relação à colônia mudaram, e a ocupação do Sertão de Leste ganhou intensidade. A proximidade com a capital da Colônia, agora transformada em capital de todo Império, fez com que as terras do Sertão de Leste se tornassem estratégicas¹².

11 Após vinte e quatro anos de explorações, ocupações e concessões de sesmarias desde a primeira viagem do capitão mor Luiz Borges Pinto pelo vale do rio Piranga em 1726, um documento, datado de 1750, contendo informações acerca do território da freguesia de Guarapiranga, escrito por Luís José Ferreira de Gouveia para o Senado da Câmara de Mariana, descreve o amplo povoamento no vale do rio citado. Dentre os povoados, figuravam os de Manja Léguas, Calambau (Presidente Bernardes), Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Oliveira e São Pedro (Senhora de Oliveira), Nossa Senhora do Rosário ou Brás Pires, Tapera (Porto Firme) etc. Dentre os arraiais, sobressaíam os de Guarapiranga, São Caetano (Cipotânea), Barra do Bacalhau (Guaraciaba), Pirapetinga e Pinheiro. A ocupação dessa zona, já em meados do século XVIII, chegou a tal importância que o autor da memória sugeriu a abertura de uma estrada do distrito de Guarapiranga para o Rio de Janeiro passando pelo vale do Xopotó (MATOSO, 1999, p.260).

12 O Rio de Janeiro passou por drásticas mudanças desde a transferência da Corte, em 1808. A vinda da Corte, aliada aos fluxos migratórios tanto de portugueses e estrangeiros quanto de brasileiros, fez com que sua população dobrasse entre 1808 e 1821. Além da elevação no contingente populacional, teve que ser montado nessa cidade todo aparato burocrático e administrativo do Império lusitano. Instalaram-se no Rio não apenas organismos de ordem política e econômica, mas também de cunho cultural e educacional (MARTINS, 2008). Mesmo após o retorno da Corte para Portugal, o número de habitantes do Rio de Janeiro permaneceu em ascensão. Spix e Martius relataram que, em 1817, a cidade contava com mais de 110 mil moradores. Em 1838, a população carioca chegava à casa de 146.608 habitantes e, em contínua ascensão, totaliza 226.466 habitantes em 1849 (IBID).

Desde a chegada do príncipe regente, juntamente com sua Corte e sua comitiva, ocorreu um impulso considerável nas relações entre o Rio e a capitania de Minas Gerais. Essa última tornou-se uma grande abastecedora de produtos agropecuários e de construção que atendia à crescente demanda da capital. A proximidade geográfica, aliada a existência de terras livres e passíveis de ocupação e utilização para agropecuária, extração mineral ou doação, fez com que as atenções dos dirigentes políticos luso-brasileiros se voltassem para a região leste de Minas.

Nas primeiras décadas do século XIX, especialmente entre 1808 e 1830, foram criadas novas estradas que ligavam Minas ao Rio de Janeiro. A partir das estradas principais surgiram outras que ligaram o interior de Minas não só ao Rio, mas também a São Paulo, ao Espírito Santo e a Bahia. Algumas dessas estradas passavam pelo Sertão de Leste, inicialmente por sua porção sudeste, na atual Zona da Mata, e posteriormente atingiram os vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. As construções nesse intervalo de tempo tornaram possível a maior presença estatal nos confins da capitania/província e deram suporte à entrada e estabelecimento de novos colonos, de empreendimentos comerciais, facilitando o escoamento da produção e a troca de informações entre os habitantes do Sertão (que estava sendo desbravado) e os demais habitantes do Brasil (IBID).

A construção das novas estradas veio acompanhada pela doação de sesmarias em suas imediações. “Só em território mineiro foram concedidas, entre 1808 e 1821, nada menos de 856 sesmarias, atingindo uma média anual 55% superior às concessões do período 1801-1807 e 47% maior que as dos anos 1822 a 1835” (MARTINS, 2008, p.13). O Sertão de Leste, especialmente sua porção meridional, por se tratar de uma área ainda livre da ocupação luso-brasileira nas primeiras décadas do século XIX e devido à proximidade com o Rio de Janeiro e com a região central de Minas, tornou-se um espaço privilegiado para os indivíduos que desejavam receber concessões de terras, ocorrendo ali, por causa disso, grande número de doações de sesmarias.

O ano de 1808 tornou-se um marco à ocupação e territorialização do Sertão de Leste. Logo nos primeiros meses de estada do Príncipe Regente no Brasil, ordens diretas sobre essa porção da capitania de Minas Gerais foram dadas para que ela fosse realmente integrada ao restante do território colonial.

Com a carta régia de 13 de maio de 1808 (BRASIL, 1891), a autoridade central tomou decisões efetivas para mudar a configuração do Sertão de Leste, expulsando, matando ou domando os índios; povoando-o e explorando-o economicamente. A carta régia, além de declarar guerra ofensiva aos Botocudos, ainda continha novas normas que visavam incentivar a presença de colonos na região, como a isenção de impostos por 10 anos aos novos ocupantes e produtores dessas terras, 10 anos de isenção de impostos sobre os produtos que subissem ou descessem o rio Doce e moratória relativa a qualquer dívida com a Fazenda Real de 6 anos para os novos ocupantes do Sertão. Para que esse projeto fosse possível, o príncipe regente, D. João, criou um novo grupamento militar responsável por adentrar o Sertão de Leste, combater os índios (tidos como ferozes) e garantir a segurança dos novos habitantes que passariam a viver nessas terras. É também através da carta régia de 13 de maio de 1808 que as Divisões Militares do Rio Doce (DMRD) foram criadas com esse objetivo.

Com o intuito de cobrir todo território do Sertão de Leste, as Divisões Militares do Rio Doce foram distribuídas da seguinte forma: a 1ª DMRD ficou responsável por garantir a navegabilidade, o traslado de comerciantes e colonos e a segurança do perímetro que se estendia da foz do rio Piracicaba até a barra do Suaçuí Pequeno; a 2ª DMRD cobria as áreas dos rios Pomba e Muriaé e as cabeceiras do rio Casca; a 3ª DMRD ficou com os Vales dos rios Casca, Matipó, com as cabeceiras do Manhuaçu e dos afluentes meridionais do rio Doce; a 4ª DMRD encarregou-se da missão de garantir a navegação do rio Doce, entre as barras dos rios Casca e Piracicaba, de ocupar ambas as margens nesse trecho, bem como tinha sob sua responsabilidade a parte da floresta entre os rios Santo Antônio e Piracicaba e toda área que circundava os rios Onça Grande e Onça Pequeno e o ribeirão Mombaça; a 5ª DMRD tornou-se responsável pela parte setentrional do rio Doce, o que compreendia as bacias dos rios Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno, Corrente e a parte sul do rio Mucuri; a 6ª DMRD, situada no centro do Sertão, estendendo-se do rio Suaçuí Pequeno até as cachoeiras das Escadinhas, tomou para si a responsabilidade de comandar o Presídio de Cuieté. Por ocupar essa posição central, coube a 6ª DMRD a incumbência de garantir o abastecimento das demais Divisões, tendo por isso um contingente maior de militares. Já a 7ª DMRD foi criada posteriormente: somente em 1811 ela passou a fazer parte do quadro das Divisões Militares do Sertão de Leste, tornando-se responsável pela navegação e colonização do vale do médio Jequitinhonha e pela porção norte da bacia do rio Mucuri. Uma 8ª DMRD chegou a ser criada em 1820, mas nunca foi efetivada (ESPINDOLA, 2000, p.118).

Lançando luz sobre a estrutura administrativa, física e militar que foi sendo instalada no Sertão de Leste a partir de 1808, o fato é que as Divisões Militares do Rio Doce eram o braço armado da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce (enquanto a estrutura física avançava Sertão adentro). Essa Junta era uma força tarefa criada concomitantemente às Divisões Militares, no ano de 1808, com o intuito de civilizar e/ou combater os índios, possibilitar a ocupação e exploração econômica do leste de Minas, permitir a navegação do rio Doce e fiscalizar periodicamente os resultados até então obtidos.

Pode-se dizer que a Junta era a estrutura burocrática por traz das Divisões Militares do Rio Doce, responsável por fazer a ligação entre o governo central (Rei) e os indivíduos que se instalavam nos quartéis das Divisões, em meio ao isolado Sertão de Leste. A Junta era composta pelo governador de Minas Gerais (presidente), por sete deputados (cada um responsável por fiscalizar uma DMRD) e pelos comandantes de cada Divisão (MOREIRA e SILVA, 2006).

Um ano após a Independência do Brasil, ocorreram mudanças nos cargos e funções políticas. Minas Gerais deixou de ser uma capitania para se tornar uma província, a Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce foi dissolvida e os comandantes das Divisões Militares do Rio Doce ganharam maior poder de decisão e fiscalização (AGUIAR, 2007). Em 1824 Marlière foi promovido ao cargo de comandante geral de todas as Divisões.

As guarnições militares erguidas no flanco oriental mineiro, entre 1800 e 1814, foram 7 quartéis (das Sete Divisões Militares do Rio Doce), bem como 61 pousos de tropa, tidos como pontos de apoio às Divisões. No período de comando de Marlière, entre 1820 e 1829, mais 27 pousos de tropa foram criados. Nas fronteiras do Sertão de Leste o governo central instalou também aparatos militares: no sul e sudeste da Bahia foram construídos 6 quartéis, ao passo que no Espírito Santo foi instalado 1 quartel, com uma companhia de pedestres (AGUIAR, 2008).

Ambos dentro ou nas proximidades do espaço habitado pelos botocudos, que ensejavam conflitos territoriais¹³. Já em 1831, no período regencial, ocorreram algumas mudanças na estrutura administrativa e física das DMRD. A primeira Divisão passou a ter 44 militares, a segunda também 44, a terceira 71, a quarta 43, a quinta 81, a sexta 116 e a sétima 54; juntamente com 5 membros do Estado Maior e Menor que não eram exclusivamente de uma Divisão específica; totalizando um efetivo de 458 militares (ESPINDOLA, 2000, p.137).

A vida dos membros das Divisões Militares do Rio Doce era repleta de privações e dificuldades. O próprio recrutamento se dava por meio da imposição: quando a notícia de que os recrutadores chegariam a alguma localidade, vários homens preferiam se refugiar por meses nas matas do que correr o risco de serem arrastados para o interior do inóspito e selvagem Sertão de Leste. Aos recrutados compulsoriamente juntavam-se vadios e criminosos degredados e ainda uns poucos que se ofereciam espontaneamente (AGUIAR, 2008). Nos quartéis, os índios aldeados também eram recrutados. As deserções eram recorrentes, apesar das severas punições e dos perigos advindos do contato com a mata densa e com os indígenas não aliados.

Dentro do Sertão, distante das autoridades e da civilização luso-brasileira, os soldados estavam propensos a sofrer ou cometer as mais diversas atrocidades: roubos, assassinatos, estupros, agressões, golpes, entre outros (AGUIAR, 2008, p.292-293). Devido às dificuldades do serviço, aos problemas para recrutar novos soldados e às deserções, o número de soldados sempre estava aquém do determinado pelas autoridades luso-brasileiras, o que se agravou após a saída de Marlière, em 1829. Em 1831, havia 325 homens executando suas funções e 133 faltantes. Quatro anos depois, em setembro de 1835, os efetivos das Sete Divisões Militares do Rio Doce estavam reduzidos a 248 homens. Apenas alguns meses depois, no início de 1836, havia apenas 225 homens (ESPINDOLA, 2000, p.136).

As atribuições dos praças incluíam: combate aos índios arredios, serviço de contato e atração dos silvícolas, defesa dos povoados, proteção das frentes de ocupação, guarda dos locais estratégicos de circulação dos índios, segurança e controle da navegação dos rios, plantio de roças anuais para atrair as populações nativas, policiamento e guarda das estradas; e podiam ainda ser deslocados para o serviço de obras públicas, como abertura de estradas e construção de pontes. Apesar de tamanhas atribuições, o soldo mal dava para pagar o rancho e o vestuário, o que levava os praças a depender das roças de subsistência com que alimentavam suas famílias (ESPINDOLA, 2000 p. 140).

Mesmo enfrentando os contratempos, as ações das DMRD tiveram papel primordial no desbravamento do Sertão de leste. Elas atuaram em um momento chave, as primeiras décadas do século XIX, momento mais tenso e no qual havia maior dificuldade – física, técnica e por conta de conflitos com os povos silvícolas – de estabelecer ali a territorialidade luso-brasileira. Nas palavras de Moreira e Silva (2006, p.30):

(...) sua atuação foi, também, no sentido de desbravar uma nova fronteira da capitania de Minas Gerais, possibilitando o seu povoamento e efetiva exploração econômica. Sob o ponto de vista militar sua atuação pode ter sido restrita. O pequeno contingente e a vasta área onde se desenvolveria a 'guerra' contra os botocudos podem, talvez, ter feito com que sua atuação se voltasse para tarefas que contribuíram para facilitar a penetração de colonos para os sertões, até então, despovoados do médio rio Doce.

Apesar do limitado contingente e do número elevado de funções, bem como a área muito extensa a ser cuidada, as DMRD alcançaram, em boa medida, seus objetivos, especialmente o de afastar ou “amansar” os indígenas e garantir a entrada dos demais colonos no Sertão de Leste, o que permitiu a instalação da atividade agropecuária e a exploração econômica do Leste Mineiro, a abertura de estradas, a doação de sesmarias, a criação de vilas e cidades e a efetivação do poder governamental na região.

14 Alguns municípios, no período colonial, situavam-se nas bacias dos rios Doce e Pomba, mas estavam localizados no extremo oeste dessas bacias e pertenciam à lógica socioeconômica e política da região centro-mineradora.

4 - Estruturas política e socioeconômica de Minas Gerais e do Sertão de Leste no século XIX

No tocante aos aspectos políticos, pode-se afirmar que o ano de 1808 alterou a dinâmica econômica e ocupacional do Sertão de Leste.

A vinda da Corte incentivou a abertura econômica do Brasil, que passou a manter relações econômicas e sociais com indivíduos de outras partes do mundo. A colônia ganha uma dinâmica nova e sua economia se expande desde então (FAUSTO, 2000). D. João ordena que finalmente o Sertão de Leste seja desbravado e ocupado.

O centro de poder político passa a olhar mais atentamente para o Brasil, mas a estrutura político-administrativa pouco muda. Minas Gerais, por exemplo, continua com apenas 4 comarcas: a de Vila Rica, a do Rio das Mortes, a do Rio das Velhas e a de Paracatu. Até o fim do século XVIII, Minas tinha 14 cidades ou vilas e até 1821 mais dois municípios foram criados. A autoridade maior era o governador da capitania, cargo nomeado pelo rei.

Após a Independência, a constituição de 1824 criou os Conselhos Provinciais, responsáveis pela tomada de decisões locais. Posteriormente foram criadas as Assembleias Legislativas, pelo Ato Adicional de 1834. O Período Regencial teve uma tendência mais liberal em seu início, o que possibilitou certa autonomia local, mas que se perdeu com os anos, até culminar com a volta da centralidade política em 1840. Acima dos Conselhos Provinciais ou das Assembleias Legislativas estavam os presidentes das províncias, cargo designado pelos governantes maiores do Brasil (Imperador ou Regentes). O cargo de presidente da província de Minas Gerais se mostrou muito instável desde a saída de D. João VI do centro do poder. De 1829 a 1840 a província teve 14 presidentes, já ao longo de todo período imperial a média de permanência de cada presidente da província foi de 6 meses e 22 dias (PAIVA, 1989).

Em relação às determinações reais que propiciaram o estabelecimento de luso-brasileiros e de seus empreendimentos econômicos nas terras orientais mineiras, cabe mencionar que D. João, apenas dois meses após sua chegada ao Brasil, revogou as proibições de entrada no Sertão de Leste. Soma-se a isso o fato de que os portos internos e externos foram abertos às nações amigas e que a navegação dos rios foi permitida e incentivada – sendo o rio Doce o que trazia maior expectativa ao príncipe regente e aos dirigentes locais, pois ligaria essa região ao mar por uma via de acesso dinâmica, o que na prática nunca se concretizou (ESPINDOLA, 2005). Ainda em 1808, a criação das Divisões Militares do Rio Doce e a declaração de guerra ofensiva aos Botocudos são exemplos dos planos de efetiva ocupação e territorialização do Sertão de Leste.

Em relação à estrutura política, o interior da Zona da Mata mineira e dos Vales dos rios Doce e Mucuri, vinculados à lógica do Sertão de Leste, não tiveram nenhum distrito alçado à condição de vila ou cidade durante todo período colonial¹⁴. Dessa forma, os primeiros arraiais que receberam o título de vilas ou cidades ali presentes remontam ao segundo quartel do século XIX (CARNEIRO e MATOS, 2010, p.9-10).

O único município existente no Sertão de Leste antes de 1831 era Minas Novas, localizado em seu limite setentrional, no Vale do Jequitinhonha. Centro de comércio e abastecimento da região, esse município servia de pouso para quem se deslocava entre a Bahia e o centro minerador.

No Sertão de Leste, nas quatro primeiras décadas do século XIX, o poder local dos comandantes das Divisões Militares do Rio Doce e de seu comandante geral (cargo criado em 1824 e dado a Guido Thomaz Marlière) era de grande significância, o que se acentuou devido à distância e do limitado contato em relação a Ouro Preto e a pouca fiscalização em meio às matas do Sertão (AGUIAR, 2008). A alteridade territorial se fazia presente no Sertão de Leste. Acima dos comandantes das Divisões estava os governadores/presidentes da capitania/província, que por sua vez respeitavam as ordens reais, hierarquia que na prática nem sempre era plena.

Ressalte-se ainda que diversos estudos realizados no século passado referentes à dinâmica socioeconômica de Minas Gerais no período oitocentista insistiram na decadência das Minas do Ouro. O fato é que muitas pesquisas davam muita importância aos ciclos do ouro e do café, mas negligenciavam o período de 80 a 100 anos entre um ciclo e outro, deixando a impressão de que nesse intervalo de tempo a economia mineira havia entrado em um processo de involução, regressão econômica, ruralização, desurbanização, dispersão demográfica, desmonetarização e autoconsumo (PAULA, 1988, p.146). Contudo, a partir da década de 1980 essa perspectiva a respeito de Minas Gerais mudou.

Novos trabalhos mostraram que Minas permaneceu durante todo século XIX com a maior população do Brasil. O ritmo de crescimento anual da população mineira esteve quase sempre acima de 2,3%, sendo superior aos níveis nacionais da época (Martins, 1980). No final do século XVIII, a população de Minas Gerais representava 20,5 % da população colonial brasileira (entre 1772-1782) e manteve a mesma participação um século depois (1872). O Censo de 1900 contou a população brasileira em 17.438.434 habitantes, sendo que em Minas Gerais viviam 3.594.471 habitantes, o que representava 20,6% da população brasileira (PAULA, 1988).

Outro dado relevante em relação à socioeconomia mineira diz respeito ao número de escravos. “Minas Gerais teve, também, no século XIX, por larga margem, o maior sistema escravista regional observado na história do Brasil” (PAIVA et al, 1985, p.2). Em 1819 a população servil de Minas representava 15,2% do total nacional. Já em 1872 essa concentração aumentou ainda mais, alcançando 24,7% do número de cativos do país. Além disso, a grande maioria dos escravos de Minas Gerais não exercia, em 1873, atividades ligadas à mineração ou à lavoura cafeeira (PAIVA et al, 1985), o que indica uma diversificação das atividades econômicas e a não decadência das mesmas.

Não é fácil imaginar uma economia decadente mantendo-se por mais de cem anos com a maior população do país, nem tampouco com o maior contingente de escravos durante todo século XIX. Isso indica que a economia mineira adaptou-se após a queda da extração aurífera: diversificou-se e espalhou-se para além da região central, atingindo toda capitania/província.

A decadência da exploração aurífera fez com que os termos ou freguesias localizados na região central (região centro mineradora) perdessem população para as regiões localizadas próximas ao Sertão de Leste ou dentro do próprio Sertão. Entre 1808 e 1813 ocorreu a alteração definitiva do eixo central da economia mineira, uma vez que o exclusivo colonial foi quebrado e a receita gerada pela produção total de ouro tornou-se equivalente à receita gerada pela atividade agropecuária, tendência que só cresceu desde então (CARRARA, 2007, p.53).

“Após 1770, a população da maioria dos distritos mineradores antigos declinou ou estagnou. Nas freguesias com espaços de fronteira aberta ocorreu o inverso” (CARNEIRO, 2008, p.154). O crescimento econômico e populacional foi evidenciado inicialmente na Comarca do Rio das Mortes, cuja participação no total da população mineira passou de 24,2% para 45,3% entre 1776 e 1835: o momento de maior crescimento se deu entre 1776 e 1808 (cerca de 87%). Após esse período, a Comarca do Rio das Mortes manteve as taxas ascendentes de crescimento, mas com ritmo menos acelerado. Alcançou 53% entre 1808 e 1820 e 33% entre 1820 e 1835 (IBID). Entre 1808 e 1835, “(...) as freguesias com os maiores incrementos demográficos foram as do Vale do rio Doce e Pomba, ou seja, as localizadas em áreas de fronteira” (CARNEIRO, 2008, p.157). Após o fim das proibições reais de entrada e estabelecimento no Sertão de Leste, extintas em 1808, esse passa a receber importantes acréscimos populacionais. Pode-se afirmar que o Sertão de Leste participou ativamente do processo de espraiamento econômico e populacional de Minas Gerais no século XIX.

Não é de se estranhar o deslocamento de fluxos populacionais e a instalação de atividades econômicas (especialmente aquelas ligadas ao setor agropastoril) no Sertão de Leste – inicialmente no limiar de suas “fronteiras” e depois em seu interior – com o declínio do ouro. Fatores de ordem geográfica favoreciam a escolha do leste como nova região a ser povoada.

Nas proximidades das terras do Sertão de Leste estavam o Rio de Janeiro, maior mercado consumidor brasileiro e centro político luso-brasileiro, e a região mineradora (a mais povoada de Minas), onde estava montada a estrutura física e administrativa da capitania. Além disso, os solos do vale do rio Piranga (localizado no alto rio Doce) e do próprio rio Doce são compostos, em sua maior parte, por Latossolos Vermelho-Amarelos, com considerável profundidade, e que somados ao clima favorável e as boas taxas de precipitação, sinalizavam para um cenário propício às atividades agropastoris. Já na região central de Minas há maior declividade e muitas escarpas, o que favorece o carreamento do solo e o deixa raso e pobre, isso dificulta seu uso em atividades agropastoris (CARNEIRO, 2008, p.151-152).

Francisco Iglésias (1954) afirma que as duas atividades de maior relevância nas Minas oitocentistas foram a pecuária e a agricultura. Apesar de amplamente praticadas em todas as comarcas de Minas, foi na do Rio das Mortes que elas melhor se desenvolveram, devido à vasta oferta de água e aos solos férteis que garantiam alimento abundante para os animais. A produção agropecuária em Minas era realizada tanto para subsistência e atendimento da demanda local quanto para gerar excedentes exportáveis até as províncias vizinhas da Bahia, de São Paulo e principalmente a do Rio de Janeiro. Os gêneros mais vendidos eram, respectivamente, algodão, toucinho, bovinos, tecidos, suínos, queijos, fumo, açúcar e café (PAULA, 1988, p.339).

O Sertão de Leste, especialmente suas porções sul e sudoeste, mais próximas tanto do Rio quanto da região central de Minas, tornou-se um importante abastecedor de gêneros alimentícios para o Rio de Janeiro: “A chegada e a fixação da Corte Portuguesa na Colônia, a partir de 1808, impulsionará a produção e o comércio de gêneros alimentícios, transformando o Rio de Janeiro no principal polo receptor desta produção, e responsável pela formação de um incipiente mercado (...)” (PAULA, 2002, p.3).

A indústria também se fez presente em Minas e no Sertão de Leste no século XIX. Paula (2002, p.6) afirma que a indústria mineira originou-se na região central e se espalhou para outras regiões de Minas, onde se desenvolveram três setores: a mineração aurífera subterrânea, a siderurgia e a indústria têxtil.

No primeiro setor havia a aplicação de investimentos e tecnologia estrangeira, na maior parte advindos da Inglaterra, o que mudou o perfil da mineração na província. Na região fronteira entre o centro-minerador e o Sertão de Leste foram instaladas várias minerações: “Entre 1820 e 1860, foram fundadas em torno de quinze companhias de mineração de propriedade de estrangeiros ou de nacionais ou de capital misto. A maioria situada na zona fronteira do Sertão do Rio Doce, nos termos de Caeté e Vila do Príncipe” (ESPINDOLA, 2000, p.189).

Além da extração subterrânea comandada pelas companhias de mineração, havia ainda no século XIX a presença de garimpeiros (faiscadores) que conseguiam baixas quantidades de ouro suficientes, quando muito, para prover a sobrevivência de suas famílias. A maior parte deles era composta de mulatos e negros que se aventuravam na decadente região central ou adentravam o Sertão de Leste a procura do ouro – o que ajudou a desbravá-lo.

Todavia, Minas Gerais abrigava fatores de ordem geográfica que a deixava em posição privilegiada para instalação de empreendimentos no setor siderúrgico. Além de consideráveis reservas de minério de ferro, havia extensa cobertura vegetal que fornecia lenha para os fornos, e cursos d’água abundantes e perenes, necessários para a fase de beneficiamento do ferro. Exatamente na região fronteira entre o centro-minerador e o Sertão de Leste (em sua borda oriental, no Vale do rio Doce) estavam presentes as melhores condições. Por esse motivo, diversas forjas foram instaladas nesse perímetro – o que levou a um encolhimento do Sertão, pois empurrava suas fronteiras cada vez mais para leste.

Eschwege, ao retratar o ano de 1821, fala da existência de 31 forjas em Minas Gerais. Monlevade, dizia que em 1853 eram 84 as forjas entre Ouro Preto e Itabira. Os dados para o restante do século são: “Em 1863 há mais de 90, em 1864, 120; em 1881, 110; em 1883, 80; em 1893, 100” (PAULA, 1988, p.351).

Ricardo de Paula (2002, p.8) afirma que desde o século XVIII a indústria têxtil mineira já abastecia o mercado interno. Na primeira metade do século XIX essa indústria, caracterizada nesse momento pela produção doméstica, conseguia atender a demanda local e ainda exportar para outras províncias.

As plantações de algodão, fornecedoras de matéria prima para essa indústria, espalhavam-se pelas margens do Sertão de Leste, próximas às áreas cobertas por florestas densas. “Toda região fronteira a leste produzia algodão, em alguns pontos adentravam as matas, como em Peçanha, São Miguel e na Zona da Mata, porém era em Minas Novas a principal área produtora” (ESPINDOLA, 2000, p.186). O algodão era plantado junto com produtos agrícolas, especialmente milho e feijão, voltados em sua maioria para subsistência das famílias de agricultores e pequenos posseiros.

Por volta de 1868/70 teve início a produção fabril do setor têxtil em Minas Gerais. A Zona da Mata e o baixo rio Doce era onde se localizavam o maior número de indústrias de Minas Gerais (PAULA, 2002, p.9). A indústria têxtil manteve-se em ascensão desde então, o que perdurou no século seguinte.

Além dos diversos setores acima citados, não se pode negligenciar a relevância que o café teve na economia mineira do século XIX. O café passou a ocupar inicialmente as terras fronteiriças ao Rio de Janeiro, no final do século XVIII, sempre se deslocando mais para o norte, na medida em que as terras ao sul eram ocupadas.

Na primeira década do século XIX, com a revogação das proibições de entrada e ocupação por D. João, aliada à ocupação de boa parte das terras fluminenses pelos pés de café, fez com que a produção dessa rubiácea adentrasse as terras da Zona da Mata mineira, e, mais tarde, os vales dos rios Doce e Mucuri (GIOVANINI, 2006) – em pleno Sertão de Leste.

Certamente a Zona da Mata foi a região de Minas na qual o café mais se desenvolveu. Ela se tornou um grande centro econômico provincial, possivelmente o maior, durante toda segunda metade do século XIX. “Em Minas Gerais, a penetração da cultura cafeeira se dá via Zona da Mata. Esta, constituiu-se principal região produtora da Província/Estado, durante toda segunda metade do século XIX até 1930, transformando-se assim, no centro dinâmico da economia mineira daquele período” (PAULA, 2002, p.3).

Além de propiciar o crescimento e diversificação da indústria na Zona da Mata, o capital proveniente das lavouras de café levou a expansão da malha viária mineira. As estradas e ferrovias tiveram papel fundamental como facilitadoras do estabelecimento de cidadãos e empreendimentos no leste mineiro, tornando-o cada vez menos um Sertão e mais um território controlado por capitalistas e pelo Estado.

Anderson José Pires (1993) diz que em Minas ocorreu uma espécie de “causação circular”, na qual o capital proveniente do café levava ao investimento na melhoria e expansão da malha viária, que por sua vez levava ao aumento da obtenção de capital pelos cafeicultores e à expansão das lavouras. Aliada à expansão das lavouras de café e à ampliação das estradas e ferrovias, estava a ocupação e povoamento via doação de sesmarias. Através das sesmarias doadas até 1850 as melhores áreas próximas ao Rio de Janeiro e às estradas e ferrovias que ligavam Minas ao Rio e a São Paulo foram ocupadas por pessoas influentes que investiram em duas frentes: em gêneros agropecuários para abastecer as cidades mineiras e as praças do Rio e de São Paulo; e, em especial, as lavouras de café, cuja produção atendia tanto o mercado nacional quanto o internacional.

A Zona da Mata mineira foi ocupada entre 1808 e 1860, o que empurrou os pequenos produtores e posseiros para o interior dos vales dos rios Doce e Mucuri e Jequitinhonha. Finalmente, com a melhoria das estradas e a expansão das linhas férreas, entre as décadas de 1860 a 1880, o interior dos vales do Doce e do Mucuri passaram a receber lavouras de café em escalas maiores. As florestas desapareceram rapidamente e os indígenas, que outrora povoavam o Sertão de Leste e assombravam as primeiras levas de luso-brasileiros, tornaram-se uma ínfima sombra do que foram - não obstante a permanência hoje dos grupos Krenak e Maxacali.

O Sertão de Leste, no decorrer do século XIX, absorveu parte significativa da população que vivia no centro da província. Esses indivíduos que adentraram o Sertão aproveitaram as vastas e férteis terras recém desbravadas para praticar as mais diversas atividades econômicas, com destaque para as ligadas, direta ou indiretamente, ao setor agropecuário.

Considerações Finais

O Sertão de Leste manteve suas características naturais até o início do século XIX devido a fatores de ordem política e econômica que impediram a circulação e o estabelecimento de colonos nessas terras. Quando da efetiva colonização do Sertão de Leste, a partir de 1808, suas peculiaridades espaciais não impediram seu desbravamento e conquista, mas certamente dificultaram esse processo. Relevo muito acidentado (mares de morro), florestas fechadas, clima úmido e quente, intrincada rede de drenagem, doenças tropicais e a presença de indígenas resistentes e melhor adaptados às condições geográficas que os colonos que se aventuravam pelo interior do Sertão; esses eram alguns dos empecilhos pelos quais os luso-brasileiros tiveram que passar para adentrar o flanco oriental mineiro.

Desbravar o Sertão de Leste não era tarefa simples. Para tanto, em 1808 D. João retirou as proibições de acesso àquelas terras, declarou guerra aos Botocudos e criou uma força militar denominada Divisões Militares do Rio Doce. O processo de desbravamento, ocupação e colonização do Sertão de Leste pode ser dividido em dois períodos, o primeiro de 1808 a 1839 e o segundo de 1840 até o fim do século.

Entre 1808 e 1839 ocorreu o momento mais importante do desbravamento, quando as bases que garantiram a entrada no Sertão foram estabelecidas e os maiores empecilhos foram vencidos. A Corte se estabeleceu no Rio de Janeiro, revogando as proibições à ocupação e uso do Sertão de Leste pelos luso-brasileiros. Esse foi o período de atuação das Divisões Militares do Rio Doce, que enfrentaram as dificuldades advindas da natureza e construíram fortificações militares de apoio e combateram ou aculturaram os indígenas, o que possibilitou que os colonos adquirissem terras e as explorassem economicamente. Foi ainda o período da construção das novas estradas oficiais (feitas com o apoio das Divisões Militares), que ligaram o leste de Minas às capitânicas/províncias vizinhas. Também as doações de sesmarias foram mais intensas nesse momento que no século XVIII e no restante do XIX. Esses eventos favoreceram a proliferação de fazendas, vilas e estradas particulares, que, por extensão, reduziram gradualmente as fronteiras do Sertão e acabaram com o espaço vital dos indígenas.

De 1840 até o fim do século o que se deu foi a ocupação cada vez mais intensa das terras do Sertão de Leste, já superadas boa parte das dificuldades naturais que se faziam presentes ali na virada do século XVIII para o XIX. Trechos importantes de floresta já haviam sido derrubados, o que diminuiu o risco de doenças, de contato com animais selvagens e com indígenas. As sesmarias doadas foram ocupadas e novas terras foram doadas ou empossadas. A agropecuária, bem como as atividades de beneficiamento dos produtos advindos desse setor, expandiu-se para abastecer o mercado interno e as províncias vizinhas. Indústria têxtil, siderurgia e mineração (acompanhadas da extração de madeiras) também foram instaladas no leste de Minas. Finalmente o café ganhou força na porção oriental mineira, primeiro na Zona da Mata e, depois de 1850/60, se expandiu cada vez mais para o norte, ocupando gradativamente os Vales dos rios Doce e Mucuri.

Localidades como Rocha (atual Senador Firmino) e Abre Campo, por exemplo, no alto vale do rio Doce, foram devassadas na primeira metade do século XVIII, mas devido à ampla resistência oferecida pelos indígenas, os relatos da conquista efetiva dessas duas áreas aparecem somente na segunda metade do Dezoito.

Portanto, é possível afirmar que o avanço do povoamento no leste não se caracterizou por uma continuidade, mas por uma série de avanços e retrocessos. Os conflitos se tornaram frequentes e o domínio desse espaço se apresentou sobreposto, disputado entre os colonos que expandiam as atividades mercantis, e os índios, que procuravam defender a posse das suas terras. A metrópole resolveu esse embate por meio da instalação de aldeamentos, presídios, divisões militares e combate aos índios, a fim de romper os principais entraves para o avanço da colonização. A ampla resistência oferecida pelos indígenas contribuiu para que o projeto de redução da população nativa e de consolidação das atividades mercantis na área se arrastasse ao longo do século XIX. O ambiente natural dominado pela mata tropical fechada, e o conhecimento dos silvícolas sobre estratégias de sobrevivência e de luta explicam os movimentos de avanços e recuos do gentio, ao lado do processo de ocupação efetiva da área no Oitocentos.

O Leste de Minas deixou de ser Sertão – e “região proibida” - e se tornou território de colonização portuguesa/brasileira à medida que: i) as autoridades incentivaram sua ocupação e garantiram as condições mínimas para o estabelecimento de súditos e seus empreendimentos econômicos; ii) ocorreu a diversificação e a difusão da economia mineira durante todo século XIX, em razão dos fluxos populacionais provenientes, em grande parte, da região central de Minas, que investiram nas diversas atividades econômicas supracitadas; e iii) os entraves à ocupação vinculados às características naturais (relevo ondulado, florestas densas, animais selvagens, insetos e doenças) e à presença de indígenas não aliados foram gradativamente superados.

Referências Bibliográficas

- ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AGUIAR, José Otávio. Memórias e Histórias de Guido Thomáz Marlière (1808-1836) – A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil. Campina Grande: EDUFPG, 2008.
- _____. Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos Sertões do rio Doce (Minas Gerais). Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Julho/Agosto/Setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF12/secaoliveira.artigo.8-Jose.Otavio.Aguiar.pdf>> Acesso em: 13/11/2013.
- BRASIL. Leis etc. Carta Régia de 13 de Maio de 1808. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 37-41. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm> Acesso em 19/01/2013.
- BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. São Paulo: Livraria Martins, 1952.
- CARNEIRO, Patrício Aureliano S. Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado – UFMG, 2008.
- _____; MATOS, Ralfo E. S. Geografia Histórica da Ocupação da Zona da Mata Mineira: Acerca do Mito das “Áreas Proibidas”. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2010.
- CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: UFJF, 2007.
- CUNHA, Manuela carneiro da (org). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco; MENDONÇA, Francisco. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
- DEAN, Warren. Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território da floresta tropical por Minas Gerais (1800-1845). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- _____. Sertão do Rio Doce. 1. ed. Bauru: Edusc, 2005.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von; RENGER, Friedrich Ewald; RIBEIRO, Tarcísia Lobo; AUGUSTIN, Günther Herwig; ALKMMIM, Fernando Flecha de; LIBBY, Douglas Cole. Jornal do Brasil: 1811-1817 ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2000.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 8.ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- GUERRERO, Patrícia. Vale do Jequitinhonha: a região e seus contrastes. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 05, ano V, p. 81 – 100. Florianópolis, maio de 2009. Disponível em: <<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed05/art04ed05.pdf>> Acesso em 04/05/2013.
- GIOVANINI, Rafael. Regiões em movimento: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata (1808-1897). Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado – UFMG, 2006.
- IBGE. Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes: Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú 1944. 1980. <http://biblio.wdfiles.com/local--files/nimuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg> Acesso em: 20 de maio de 2013.
- IGLESIAS, Francisco. Política econômica do governo provincial mineiro: 1835-1889. Belo Horizonte: FACE/UFMG. 1954.
- LEI Nº 601 DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em: 25/08/2012.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. A Capitania das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.
- MARTINS, Roberto B. Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil. 1980, 337 f. Tese (Doutorado em Economia) – Vanderbilt University, Nashville, 1980.

- MARTINS, Roberto Borges. A Transferência da Corte Portuguesa Para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2008.
- MATOSO, Caetano da Costa. Códice Costa Matoso: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. 2v.
- MERCADANTE, Paulo. Os Sertões do Leste: estudo de uma Região, a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MORAES, Fernanda Borges de. Urdiduras da rede urbana das Minas Gerais setecentistas. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR. Salvador, 2005.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada; SILVA, Tarcísio Glauco da. Junta de Civilização e Conquista dos Índios Navegação do Rio Doce. Vitória, Revista Ágora, n.4, 2006, p.1-33. Disponível em: <[http://www.periodicos.ufes.br/2Fagora/2Farticle/2Fdownload/2F1900/2F1412&ei=p8f8U4fRHIP2yQTKwoHYBg&usq=AFQjCNFYAwvYP984pqWmJGiyOAwSy2dFg&bvm=bv.73612305,d.cWc](https://www.google.com.br/url?sa=t&rtct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=http://www.periodicos.ufes.br/2Fagora/2Farticle/2Fdownload/2F1900/2F1412&ei=p8f8U4fRHIP2yQTKwoHYBg&usq=AFQjCNFYAwvYP984pqWmJGiyOAwSy2dFg&bvm=bv.73612305,d.cWc)> Acesso em: 20/02/2013.
- PAIVA, Clotilde Andrade; MARTINS, Maria do Carmo Salazar; MARTINS, Roberto Borges. A população de Minas Gerais no século XIX: Novos estudos sobre a escravidão em Minas Gerais. Cedeplar/FACE/UFMG, 1985.
- Estrutura e dinâmica da população mineira no século XIX. Relatório de atividades – 1989 (versão preliminar). Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 1989.
- PAULA, João Antônio de. O Prometeu no Sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- PAULA, Ricardo Zimbrão Afonso de. Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2002. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D13.PDF>> Acesso em: 10/12/2013.
- PHILO, Chris. História, geografia e o mistério ainda maior da geografia histórica. In: GREGORY, Dereck et al. (Orgs.). Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. Cap. 9, p.269-298.
- PIRES, Anderson José. Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930. (Dissertação, Mestrado). Niterói: UFF, 1993.
- REIS, José Carlos. Escola do Annales: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigues José Meneses. Revista Brasileira de História. Vol.23, n.46. São Paulo, 2003.
- ROSS, Jurandir. Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.
- SAINT-HILAIRE. Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- SANTOS, Victor Vinicius dos. Uma investigação geohistórica sobre a ocupação do Sertão de leste nas Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, 2014.
- SOARES, Weber. As fronteiras epistemológicas entre Geografia e História e a travessia conciliadora na Geohistória da expansão marítima portuguesa. In: Geografia, Rio Claro, v. 38, n. 1, p. 37-53, jan./abr. 2013.
- STRAFORINI, Rafael. Tramas que Brilham: Sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII. Tese (Doutorado em Geografia). 293f. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- TAUNAY, Afonso de E. Relatos sertanistas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- TSCHUDI, Johann Jakob von. Viagens através da América do Sul. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. 2006.
- VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.
- VASCONCELOS, Diogo de. História Média das Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 165-181, 1997.